

Editorial



Vida  
Associativa



Destaques e  
Notícias



Recensões



Eventos  
Científicos



Publicações  
Científicas





# Índice

---

## Editorial

Vida Associativa  
Quota 2018 HISTEDUP

Destaques e Notícias  
ISCHE 41

## Recensões

Eventos Científicos  
Publicações Científicas



# EDITORIAL

---

## Direção

Conhece agora a luz do dia mais um Boletim da HISTEDUP, que tem sido um veículo privilegiado do diálogo entre a direção e os sócios. Procurámos manter a regularidade que tem caracterizado o Boletim, anteriormente Newsletter, que tem sido publicado com uma periodicidade semestral na Primavera e no Outono. Os dois anos que se aproximam, e que cabem ainda no horizonte do exercício da atual direção, são marcados pela realização de um conjunto de grandes eventos académicos, uma parte deles em Portugal.

Entre 16 e 20 de julho de 2019 realiza-se, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, a 41.<sup>a</sup> edição da conferência anual internacional de História da Educação (ISCHE) e que está subordinada ao tema “Spaces and Places of Education”. A HISTEDUP integra o consórcio académico que organiza a conferência (e que é liderado pelo CIIE da Universidade do Porto), uma das mais importantes de entre as que têm decorrido em Portugal. Na semana que a antecede, entre 9 e 12 de julho de 2019, realiza-se em Monforte de Lemos (Lugo, Galiza) o XX Colóquio de História da Educação organizado pela respetiva Sociedade espanhola (SEDHE) e subordinado ao tema “Identities, Internationalism, Pacifism and Education (séculos XIX e XX)”. A nossa associação foi convidada a estar representada tanto na Comissão Organizadora como na Comissão Científica do



Colóquio, o que agradecemos à direção da SEDHE. Ainda em 2019, entre 5 e 7 de setembro, realiza-se em Braga o IX Encontro Ibérico de História da Educação que, à semelhança do que aconteceu em Lugo em 2016, continuará a privilegiar a participação e intervenção dos jovens investigadores. Acresce, ainda, que no dia 12 de abril de 2019 se realiza, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, o Encontro final do projeto INOVAR - “Roteiros da inovação pedagógica”, que vem sendo desenvolvido desde maio de 2016 com a participação de mais de duas dezenas de investigadores de várias universidades portuguesas. Previamente, no dia 22 de fevereiro, realiza-se na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra o III Encontro realizado no âmbito do referido projeto.

O ano de 2020 será igualmente rico em grandes conferências internacionais que contam com o nosso envolvimento e cuja preparação já se iniciou. Entre 23 e 26 de junho desse ano realiza-se em Cuiabá (Mato Grosso, Brasil) o XII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação (COLUBHE) cujo tema é “Alteridades e desigualdades nas experiências educativas”. Cerca de um mês depois, entre 20 e 23 de julho de 2020, realiza-se no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa o XIV Congresso Iberoamericano de História da Educação (CIHELA), subordinado ao tema “Revolução, Modernidade e Memória: Caminhos da História da Educação” que evoca o 2.º centenário da revolução liberal de 1820.

Tendo em conta a enorme importância deste conjunto de iniciativas para a consolidação internacional da comunidade portuguesa de História da Educação, apelamos à participação de todos nesta sequência de grandes eventos académicos.



---

## Vida Associativa



## Quota de 2018 da HISTEDUP

---

A HISTEDUP, para manter a sua atividade, necessita do apoio de todos/as os/as colegas que investigam e ensinam História da Educação. Vimos, assim, apelar, mais uma vez, àqueles que ainda não deram esse passo para que se inscrevam como associados. Optámos por uma quota relativamente baixa no sentido de incentivar esse processo. Precisamos, além disso, que todos os que já se associaram mantenham as suas quotas em dia, o que não acontece neste momento.

No caso daqueles que já são sócios, e que ainda não pagaram a quota de 2018, basta que façam uma transferência no valor de 20€ para a conta da HISTEDUP - 003300004546422194405 . Em seguida, devem enviar cópia digitalizada do comprovativo para o endereço de e-mail da Associação - [sophe.pt@gmail.com](mailto:sophe.pt@gmail.com)

Para os que ainda não são sócios, segue em baixo o link para o boletim de inscrição. Depois de o preencherem, devem enviá-lo para o e-mail da Associação, juntamente com o já referido comprovativo de transferência. Como estamos no final do ano, todos os que se inscreverem agora assumiremos que o pagamento se refere já ao ano de 2019.

[FICHA DE INSCRIÇÃO HISTEDUP](#)



---

## Destaques e Notícias



## ISCHE 41

---

**International Standing Conference for the History of Education, 16-20 julho de 2019**

A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto vai acolher a ISCHE 41 entre os dias 16 e 20 de julho de 2019.

Esta conferência, subordinada ao tema "Spaces and places of education / Espaços e lugares de educação", é coorganizada pelo CIIE (Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto) juntamente com a HISTEDUP – Associação de História da Educação de Portugal, o CIEd (Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho) e o CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra).

A data-limite para apresentação de propostas é: 31 de janeiro de 2019.

Poderão encontrar informações adicionais através do link: <https://www.fpce.up.pt/ische2019/index.html>







---

## Recensões



Martin-Sanchez, M. A., Groves, T., Pintassilgo, J., Cáceres-Muñoz, J. (2018). *Tradición e innovación en la educación europea en los siglos XIX-XX : Los casos de España y Portugal*. Roma: Aracne.

Ana Maria Pessoa

## Nota Introdutória

Neste primeiro livro da coleção *Itinera*, na qual se pretendem publicar, de forma simultaneamente acessível e rigorosa, textos e obras teóricas sobre História da Educação, quatro historiadores reconhecidos na área<sup>1</sup> apresentam uma reflexão conjunta sobre tradição e inovação educativa, nos séc. XIX e XX, nos dois países ibéricos.

A coleção pretende ocupar alguma lacuna existente no meio académico da História da Educação no qual, com frequência, não estão disponíveis textos e estudos científicos contextualizadores e imprescindíveis para a compreensão mais geral de temas e épocas específicos. A publicação deste

1. Lamenta-se que, no sítio da editora, seja omissa a referência ao contributo autoral de Joaquim Pintassilgo. Acedido em: <https://www.libroco.it/dl/Tamar-Groves-Martin-Sanchez-Miguel-Angel-Caceres-Munoz-Jorge/Aracne-Editrice/9788854898936/Tradicion-e-innovacion-en-la-educacion-europea-en-los-siglos-XIX-XX-Los-casos-de-Espana-e-Portugal/cw4236434428884og.html>



livro apresenta-se como um esforço conjunto para, em Espanha e Portugal, se darem a conhecer as origens filosóficas, se caracterizarem e se identificarem semelhanças e divergências, assim como permanências e evolução, em alguns movimentos pedagógicos considerados inovadores na área da educação.

### **Aproximação a uma leitura:**

O texto, subdividido em capítulos, cada um a cargo de autores diferentes, consegue ser uma reflexão, como que a uma única voz, sobre pressupostos filosóficos, históricos e educativos que, em dois países distintos mas muito próximos culturalmente, refletem sobre os pioneiros, os obstáculos, as concretizações com as quais, no terreno, se depararam os defensores da inovação e renovação pedagógicas e sobre as lutas que estes últimos tiveram de travar face à sempre presente tentação e realidade de um ensino tradicional.

São quatro capítulos pensados para esta publicação coletiva, organizados de forma quase sequencial. Jorge Cáceres-Muñoz analisa, no primeiro capítulo – *Krause y Europa: Transferência de su pedagogia y análisis de su ideal comunitariodesde la perspectiva atual* - os fundamentos científicos e filosóficos que os pioneiros da inovação educativa em Espanha convocam a partir do filósofo idealista alemão Karl Friedrich Christian Krause (1781-1832).

No segundo capítulo, o autor anterior e Miguel Martin Sanchez, em



texto intitulado *Nuevas perspectivas investigadoras sobre la Institución Libre de Enseñanza como campo de investigación histórico-educativo*, pretendem estudar esta instituição inovadora, desde a sua fundação ao seu ocaso (1876-1936) mas de um novo ponto de vista: dar a conhecer o seu passado, o seu quase desaparecimento do espaço educativo durante o franquismo e a renovação e interesse de investigação que sobre ela recaiu quer nos anos posteriores à queda daquela ditadura quer no debate sobre inovação ainda em curso.

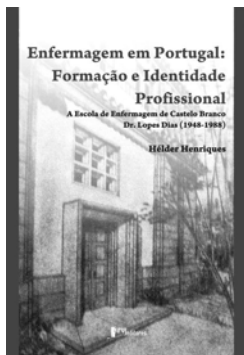
*La vuelta de la Escuela Nueva a las aulas: España 1970-1985*, o terceiro capítulo, a cargo de Tamar Groves, analisa o conflito entre diferentes modelos de educação visíveis no período final da ditadura e do início do período monárquico que lhe sucedeu, com especial ênfase para o estudo da influência que o movimento da Escola Nova voltará a ter em Espanha, desde os anos 70 do século passado até à atualidade.

O último capítulo, intitulado *Renovação pedagógica em Portugal nos anos 60 e 70 do século XX: O contributo do movimento da escola moderna (MEM)*, de Joaquim Pintassilgo, Adriana Pereira e Alda Namora, o único sobre Portugal, vai analisar, a partir de duas das séries do Boletim daquele movimento pedagógico (1974/76 e 1976/81), a forma como aquele movimento pedagógico se inscreve e se revê no movimento de inovação iniciada com a Escola Nova e ainda hoje com forte implantação no meio educativo nacional.

Este livro é fundamental por colocar em diálogo investigadores de países diferentes que estudam temáticas educativas semelhantes e que, des-



ta forma, contribuem para uma visão holística, mais aprofundada e diversa do entendimento da inovação educativa. É-o também por, em simultâneo, lembrar (a quem já trabalha na área há mais tempo) e dar conhecer (a quem a ela mais recentemente chegou) os princípios, os contextos políticos e sociais, as figuras-chave, os obstáculos e as realizações que são comuns e diversas entre os dois países, no campo da inovação educativa.



Henriques, H. (2018). *A Enfermagem em Portugal: Formação e Identidade Profissional – A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias (1948-1988)*. Castelo Branco: RVJ Editores, 2018

Luis Alberto Marques Alves

Uma obra como esta é, a partir do momento da sua publicação, património intelectual de uma área científica onde a autoria serve para identificar o estrato de conhecimento construído, numa lógica de arqueologia do saber.

Diz-nos o autor que: “O objectivo principal deste estudo é interpretar o processo de construção da identidade profissional dos enfermeiros portugueses ao longo do século XX, com destaque para a segunda metade da centúria”; e continua “Em suma, verificou-se que o processo de construção da identidade profissional dos enfermeiros portugueses resultou de diálogos, tensões e conflitos permanentes entre diferentes elementos e no interior de regimes políticos com características diferentes. Ao longo do século XX existiram vários momentos marcantes e decisivos que permitiram o reconhecimento social do grupo dos enfermeiros e a construção de uma



identidade socioprofissional reforçada”. Parecendo um manifesto de justificação profissional é, simultaneamente, uma incursão científica que ajuda a criar/preservar uma identidade ancorada na espessura do tempo. Embora recente ou mais presente, não pode ser visto como um espaço epistemológico para outros – jornalistas ou sindicalistas, por exemplo, mas como matéria de reflexão que é importante contextualizar, tratar cientificamente, validar academicamente e divulgar à comunidade de interessados.

Este novo espaço, assumidamente alvo de intervenção científica por parte do historiador, é fruto de um caminho de afirmação percorrido, por vezes com alguns constrangimentos e cepticismos, mas que nos permite sistematizar agora algumas das vantagens e dos inconvenientes que são apontados à História do tempo presente. No enfoque das vantagens: a diversidade de fontes, a possibilidade de incluir e apelar aos testemunhos dos atores, a consistência científica da própria história oral que aperfeiçoou técnicas e credibilizou metodologias, experiências bem sucedidas em França, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra e, sobretudo, a consciência que ignorar a sequência dos acontecimentos pode abrir espaço ao determinismo, à teleologia, ou àquilo que Jean Lacouture chama a “racionalização a posteriori”. Do lado das dificuldades, as principais, remetem-nos para: a história do mais contemporâneo estar muitas vezes hipotecada à demanda social e os historiadores serem requisitados para autenticar uma determinada versão; a tentação de sermos chamados pelos poderes públicos (justiça, instituições, ...) como especialistas legitimadores; o perigo da instrumentalização da História; a concorrência dos media.



Estas reflexões e a nossa própria vivência permite-nos no entanto saber que a nossa ausência abre espaço para o jornalista, por exemplo, que, ao delimitar o tempo presente como seu espaço de intervenção epistemológica, procura privilegiar o quotidiano, o episódico, o aparato informativo gerador de audiências. Não basta aparecermos para legitimar enfoques, perspectivas, temos de assumir que qualquer acontecimento é, como dizia Nora, o “encontro de várias séries causais independentes, um rasgão no tecido social que o próprio sistema tem a função de tecer”.

Obras como esta de Helder Henriques, inscrita nas preocupações identitárias de uma profissão, mas também e simultaneamente, na espessura temporal da sua análise em termos de formação educativa, ajudam-nos claramente a recuperar o sentido da investigação, do conhecimento, da posição sustentada cientificamente, mas também da justificação profissional reivindicada socialmente. Percorrendo, embora brevemente, o histórico de algumas profissões e identidades, ajuda-nos a perceber o triunfo da “especialização” sobre o assistencialismo ou a boa vontade. Lançando o olhar temporal (no tempo longo) sobre o credencialismo em enfermagem, fornece-nos dados para a nossa compreensão sobre a evolução de uma profissão que, na especialidade da sua formação, foi ganhando credibilidade profissional. Perscrutando a construção de um conhecimento profissional, disponibilizou-nos informação para sentirmos o significado da “investigação-ação”, da crescente incorporação das práticas, da capacidade de adaptação às realidades. A normalização, a ética, os valores são naturalmente a ponte entre a formação e a profissão que, agora, pode rei-





vindicar uma jurisdição profissional própria, credível a nível externo, interno, individual e social.

Neste enfoque, obras como esta que saem do domínio social para o académico e deste, após a sua certificação, regressam ao social, vêm imbuídas de uma auréola que valoriza a sua incorporação nos discursos a propósito de uma instituição, mas sobretudo de uma profissão que também se credibiliza por, ela própria, já ser objeto de uma epistemologia própria. Também por isto, permitir que o público em geral possa agora aceder a esta síntese, ajuda a valorizar, tanto o sentido social do, muitas vezes mal entendido, academismo universitário mas sobretudo demonstrar de forma inequívoca que o presente só pode ser devidamente sustentado se não omitirmos o caminho até ele percorrido. Como investigadores, não devemos abdicar deste nosso papel, sob pena de o espaço ser tomado pela novidade surpresa, pelo imediatismo do escândalo, pela voracidade do episódico.

Considero que o livro agora partilhado ajuda-nos também a um sentimento maior de pertença (para além da profissão), também a um espaço, cumprindo aqui também uma função social à localidade. O estudo da História Local teve sempre um espaço no mundo académico, mas foi apenas a partir dos anos de 1980 que se começaram a sistematizar trabalhos sobre o tema. Foi nessa altura que surgiu em França uma nova conceção historiográfica, denominada de Nova História mas agora numa perspetiva que partia da micro-história para o confronto com a meso e macro história já sistematizada em várias obras e autores. Esta abordagem trouxe



uma maior diversidade no que diz respeito ao conceito de fonte histórica, mas também um novo olhar sobre a História Local. Este novo ponto de vista possibilitou uma ampliação da visão dos agentes da História, abandonando-se as noções mais estáticas e mais nacionalistas da narrativa histórica, para se chegar a uma História dinâmica, onde os “esquecidos” (pessoas, profissões, espaços e instituições) ganham mais visibilidade. Quando um investigador se propõe a trabalhar no âmbito da História Local ou Regional, está a fornecer raízes identitárias e sentido de pertença a todos os que povoam ou habitam esses espaços. Carlos Lomas, coordenador de uma obra recente sobre “Lecciones contra el olvido – Memoria de la Educación y Educación de la Memoria” reafirma o papel da memória coletiva como pressuposto de uma sobrevivência mais humana, mais consciente e mais interventiva.

Ora é justamente em Castelo Branco e na sua Escola de Enfermagem Dr. Lopes Dias (entre 1948 e 1988) que podemos microscopicamente mas também cientificamente, observar razões para a identificação com o espaço humanizado, com a profissão que aí ganhou competências, com o legado institucional e profissional que se corporizou neste espaço/região.

Encontrar múltiplas vontades (científicas, autárquicas, regionais, amantes do saber desinteressado,..) para a perceção destas ideias pode transformar um ato académico num produto público, cívico, cultural e materializado num livro. É também a forma mais evidente de devolver o fruto de um investimento pessoal, transformando-o num bem coletivo.

Esta obra individual é fruto, pois, de uma capacidade de reflexão que



soube esperar o tempo necessário para agora a vermos dar frutos no terreno da profissionalidade dos enfermeiros. Mas também para devolver ao espaço de Castelo Branco razões para um reforço do seu significado na construção dessa profissionalidade que naturalmente hoje ultrapassa este espaço regional.

Acredito também que todos nós que a lermos, podemos, por certo, olhar de uma forma diferente para a profissão mas também para a região na construção dessa identidade. Se isso acontecer, a obra cumpriu a sua função pessoal (do autor) mas também social.



Silva, C. M. (2018). *A Experiência das Juntas Escolares no Concelho de Mafra. Finais do Século XIX - I República*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do porto, Biblioteca Digital.

Carlos Beato

O mais recente trabalho de Carlos Manique da Silva é um interessante estudo sobre *A experiência das Juntas Escolares no concelho de Mafra*, disponível sob a forma de publicação eletrónica, um título que prossegue o desbravar dos caminhos do conhecimento numa área que, de algum modo, o autor privilegia, a do cruzamento entre a História da Educação, nomeadamente do ensino primário, e a História Local, especificamente em municípios da região da Grande Lisboa, incluindo a própria capital, num espaço temporal que abrange as últimas décadas do século XIX e as primeiras do seguinte.

De facto, na sua considerável produção científica, tem o autor várias obras dedicadas ao estudo da Reforma do Ensino Primário devida a Rodrigues Sampaio e à sua concretização em Lisboa e em alguns dos municípios da Região Oeste, particularmente Mafra e Arruda dos Vinhos,



mas também em outros como Sintra ou Sesimbra.

Como se refere na “introdução”, o texto estrutura-se em três partes. Na primeira faz-se a identificação dos princípios descentralizadores e dos objetivos últimos da reforma promovida por Rodrigues Sampaio concluindo-se com o estudo do papel atribuído / desempenhado pelos órgãos políticos locais.

Na segunda parte dissecam-se a instituição Junta Escolar de Mafra durante a vigência dessa reforma, passando pela sua constituição e sua composição, assim como pela sua ação e seus limites.

A terceira parte é dedicada a um dos projetos descentralizadores gerados na primeira República, especificamente aquele que foi implementado sob a égide de Leonardo Coimbra em 1919, analisando-se, também aí, a concretização possível nas freguesias de Mafra.

Há a realçar ainda a apresentação de três textos em anexos, sendo dois deles relatórios produzidos pela Junta Escolar em 1883 e o terceiro uma biografia de uma prestigiada personalidade local, o do presidente da própria Junta entre 1884 e 1891.

São diversas as instituições abrangidas pela descentralização de poderes promovida por Rodrigues Sampaio. Em matéria educativa há a observar as câmaras municipais, as juntas escolares e as juntas de paróquia. A junta escolar é consultora do executivo camarário, e por ele nomeado, o que potencia desde logo a existência de problemas com a isenção e imparcialidade desse novo órgão que, em simultâneo, se pretende autónomo. Por outro lado, a escassez de elites culturais com

educação formal, especialmente nas regiões fulcralmente rurais como era o caso do município mafrense, conduzia a que essas minorias sociais, no fundo, maioritariamente, também elites económicas, repartissem entre si os lugares da administração, não sendo de admirar a presença das mesmas individualidades, consideradas prestigiosas e por isso detentoras de poder e influência, em mais que um órgão, inclusive, como é aqui o caso, no executivo camarário e na Junta que a assessoria para efeitos da administração escolar.

Há nesta obra uma preciosa descrição da rede intrincada de comunicação, interdependência e entrelaçamento dos vários órgãos, sendo sublinhado que, em última instância a dinâmica da Reforma de 1881 não concede uma autonomia local significativa (p.31).

Ressalvem-se situações muito particulares como aquela de que o autor nos fala, a do concelho de Lisboa, em que a forte representação republicana no seio da vereação municipal, com uma disponibilidade financeira alargada, ensaiava, de algum modo, a “conquista” do poder desenvolvendo estratégias opostas às do poder central.

O traço comum entre os dois períodos estudados, o primeiro já referido ainda na monarquia constitucional, no espaço temporal compreendido entre a primeira e a última designação da constituição da Junta Escolar de Mafra (1881-1891), o que coincide basicamente com o tempo de duração da experiência descentralizadora, e o segundo na segunda metade do período republicano (1919-1925), passa pela tentativa de descentralização em ambos os casos, mas principalmente pela existência de órgãos com o

mesmo nome, pese embora algumas diferenças orgânicas na sua constituição e ação, os quais são o objeto primeiro deste estudo, *A Experiência das Juntas Escolares no Concelho de Mafra*.

No período republicano a criação das Juntas Escolares corresponde a uma situação de poder paralelo em relação às Câmaras que deixaram de as tutelar e, pior que isso, viram ser-lhes retirado o poder de gestão sobre o ensino primário da sua área de atuação. Era de algum modo uma subversão do sistema de poderes instituído a nível local e, daí, a luta política permanente e às claras entre estas instituições, as câmaras que queriam recuperar, como acabariam por conseguir, o poder perdido para as Juntas e estas que, escorando-se nos professores e respetivas associações de classe que imaginavam ser a sua forte presença nessas Juntas como que um reconhecimento da sua “autoridade profissional”, pelo que pretendiam, inclusive, que essa presença fosse maioritária, lutavam a todo o custo por não perder os privilégios outorgados pela lei.

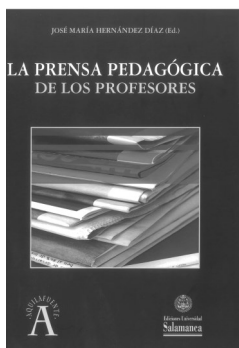
Este jogo entre pretendidas e legisladas autonomias centralmente e as fortes dependências a nível local, tornam ainda mais interessante o estudo e o conhecimento das relações institucionais das Juntas Escolares com os órgãos autárquicos, apesar de, no caso concreto, a documentação existente provir quase só das atas das reuniões da Câmara Municipal e do respetivo executivo.

Finalmente, cumpre realçar a importância desta investigação agora que o debate, jamais abandonado, da centralização versus descentralização volta a ganhar força. Aliás, é o contributo para essa discussão, sem dúvida,



um dos fatores motivadores e um dos objetivos principais do autor. Acerca disso a última frase do texto “o debate está de novo aberto” (p. 66) é explícita e diz tudo.





Hernandez Díaz, J. M. (Ed.). (2018). *La prensa pedagógica de los profesores.* & *Prensa pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos.* Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca

Helder Henriques

As obras *La Prensa Pedagógica de Los Profesores* e *Prensa Pedagógica, Mujeres, Niños, Sectores Populares y Otros fines Educativos*, decorrem, em grande parte, dos trabalhos apresentados no Congresso Internacional «III Jornadas de Estudio Sobre Prensa Pedagógica» realizado na Universidade de Salamanca, no âmbito das comemorações do oitavo centenário da instituição. Os trabalhos foram organizados pelo professor Catedrático José María Hernández Díaz e contaram com centenas de contributos internacionais com origem em África, na América e na Europa.

As obras procuram valorizar a importância da imprensa pedagógica enquanto fonte documental imprescindível para o estudo de uma multiplicidade de temáticas que os livros em análise revelam. No caso específico de *La Prensa Pedagógica de Los Profesores* assume-se a imprensa pedagógica como uma fonte sociodinâmica para os Historiadores da Educação com po-



tencialidade para interpretar criticamente a profissão de professor nas várias realidades geopedagógicas ali evidenciadas.

Esta obra estrutura-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da imprensa pedagógica internacional dos professores onde se objetiva a compreensão de quatro realidades específicas: Espanha, Itália, Brasil e Argentina. No segundo capítulo, a centralidade é dada à imprensa que resulta do associativismo docente e de movimentos de renovação pedagógica. O terceiro capítulo assume a importância da imprensa pedagógica no conhecimento das problemáticas relacionadas com a administração educativa e escolar. O quarto capítulo é revelador da importância deste tipo de imprensa na perspectiva da sua utilização didática. Por fim, no quinto capítulo, é atribuída relevância à imprensa de caráter científico centrada nas questões da educação e da pedagogia.

O segundo livro intitulado *Prensa Pedagógica, Mujeres, Niños, Sectores Populares y Otros fines Educativos* assume os princípios que já evocamos em relação à centralidade da imprensa pedagógica mas reflete, principalmente, a multiplicidade de dimensões de análise que pode oferecer à História da Educação. A divisão do livro em sete grandes temas evidencia o que acabamos de afirmar. No primeiro capítulo é dada ênfase à imprensa de “perfil feminista”. No segundo, é retomada a temática de encontros anteriores sobre a importância dos periódicos escolares e estudantis. O terceiro capítulo, dedica-se ao estudo da infância através da imprensa pedagógica. No quarto capítulo, discute-se a imprensa dirigida aos sectores



populares numa interessante associação com as reivindicações de diversos movimentos sociopolíticos. No quinto capítulo, verificamos a presença de textos relacionados com a imprensa generalista onde também se destacam diferentes temáticas educativas. O sexto capítulo assume perspectivas diversificadas sobre “Otra Prensa pedagógica” e, por fim, o último capítulo destaca a própria História da educação no contexto da imprensa pedagógica.

De uma forma muito sumária, as obras aqui apresentadas constituem instrumentos de referência para todos aqueles que pretendam desenvolver trabalhos suportados pela imprensa pedagógica. Assume-se a transversalidade desta fonte documental, os modos de pensar as diversas temáticas abordadas nos dois livros e, sobretudo, reforça-se uma linha de trabalho que a História da Educação já não pode dispensar para realizar abordagens científicas em períodos mais recentes. Destaca-se também a importância da imprensa pedagógica no processo de circulação e apropriação de ideias entre os três continentes que se encontram representados nos livros.

Propositadamente, uma palavra final para o professor Catedrático José Maria Hernández Díaz que tem permitido, através destes e de muitos outros estudos, o desenvolvimento de trabalhos de enorme qualidade científica e tem sido um verdadeiro construtor de redes de circulação do conhecimento no domínio da História da Educação.



Andrés Payà Rico, José Luis Hernández Huerta, Antonella Cagnolati, Sara González Gómez, Sergio Valero Gómez (Coords.). (2018). *Globalizing the student rebellion in the long' 68*. Valencia: Fahrenheit House.

Carla Vilhena

Publicada no ano em que se comemora o 50º aniversário do *maio de 68*, a obra *Globalizing the student rebellion in the long' 68*, procura contribuir para uma maior compreensão desse momento histórico reunindo uma coleção de textos que, tendo como denominador comum o “longo 68” e como eixo condutor o papel desempenhado pelos movimentos juvenis nesse processo, nos permitem aceder a diferentes perspectivas sobre os acontecimentos, assim como às suas repercussões em espaços e tempos distintos. A crítica à instituição escolar, à forma como esta se encontrava organizada e ao papel que desempenhava na reprodução da ordem social que era então contestada pelos jovens é um aspeto que atravessa a grande maioria dos textos reunidos nesta obra, centrados, na sua grande maioria, no ensino superior.

Escritos por autores de diferentes proveniências, a sua leitura permite-nos aceder ao impacto que este movimento teve em várias partes do globo.



Sendo um movimento que rapidamente se expandiu, estes textos permitem compreender a forma como o seu ideário foi sendo apropriado e transformado em diferentes contextos políticos, em regimes democráticos (e.g. USA, Reino Unido, Itália) e ditatoriais (e.g. Portugal, Espanha, Grécia, Brasil) e nos países do então denominado Bloco de Leste (e.g. Hungria, Checoslováquia). O seu reflexo no interior das instituições escolares, designadamente na emergência de novas formas de pensar a escola, mas também a relação e os métodos pedagógicos, também são aspetos abordados, sendo descritas algumas experiências pedagógicas inovadoras (e.g. Berkely Experimental Schools Project).

A diversidade de contextos é complementada pela diversidade de vozes, o que nos permite aceder não só à perspetiva de diferentes atores (e.g. estudantes, professores, mulheres), mas também à forma como estes são representados. Tal é facilitado pelo recurso a diferentes tipos de fontes: fontes orais, com a evocação da memória de intervenientes em processos relacionados com o movimento do maio de 68; fontes escritas, tais como a imprensa – sobretudo jornais e periódicos estudantis –, panfletos, documentos institucionais ou escritos provenientes de arquivos pessoais de indivíduos envolvidos nos acontecimentos; e, fontes iconográficas, tais como fotografias, posters.

A multiplicidade de contextos, vozes e fontes que são alvo de análise nos diferentes textos que constituem esta obra permitem não só contribuir para conhecermos um pouco melhor o processo de circulação e apropriação das ideias e das práticas defendidas pelos jovens universitários



que participaram no *maio de 68*, mas também a heterogeneidade das experiências, das reivindicações e formas de ação daqueles que viveram estes momentos.

ERNESTO CANDEIAS MARTINS  
AS INFÂNCIAS  
NA HISTÓRIA SOCIAL  
DA EDUCAÇÃO  
FRONTEIRAS E INTERCEÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS



**Martins, E. C. (2018). *As Infâncias na História Social da Educação. Fronteiras e Interceções Sócio-Históricas*. Lisboa: Editorial Cáritas.**

Maria Romeiras

A obra *As Infância na História Social da Educação. Fronteiras e Interceções Sócio-Historicas* é um detalhado gesto de reflexão sobre a Infância e as Infâncias em diversos contextos históricos e sociais, analisados desde a modernidade até à sua ponderação pela historiografia e pela sociologia contemporâneas. O seu autor, Ernesto Candeias Martins, é um notável e incontornável investigador dos temas da Criança e da Infância, usando a multidisciplinaridade da sua formação para esta síntese aturada de tão largo capítulo da História da Educação/Ciências da Educação. A estrutura do seu trabalho assenta em quatro secções: A Infância como Constructo Referencial: das Conceções à Construção Social e à Diferenciação; Fronteiras e Territórios Historiográficos: Os Andaimos Científicos sobre a Criança e a(s) Infância(s); A Proteção e o Atendimento às Infâncias nas Instituições Educativas Não-formais e As Experiências Socioeducativas com as Outras In-



fâncias em Instituições Particulares (Séc. XX). Contrapõe esta obra ao gesto de normalização da infância pela educação, adequações sociais vindas de outras infâncias e de outras institucionalizações como sistema social padrão da modernidade. Nestes grupos tão heterogêneos e tão necessitados de apoio social, destacam-se as infâncias delinquentes, as infâncias deficientes, as infâncias em fuga, requerentes de apoios particulares, que necessitaram de um suporte muito especializado, por exemplo, nas situações de educação de deficientes.

Partindo de uma Introdução que nos oferece uma análise epistemológica sobre a infância normalizada e uma perspectiva histórico-educativa sobre as outras infâncias - marginalizadas, delinquentes, deficientes, institucionalizadas – o autor redefine o conhecimento crítico da literatura sobre o tema, distinguindo a história da criança da história da infância e relembrando que, não só a criança é uma construção social e histórica, mas a infância é uma representação impregnada conceptualmente de discursos provenientes de várias disciplinas. Prossegue, no primeiro capítulo – “A Infância como Constructo Referencial: das Conceções à Construção Social e à Diferenciação” - para uma perspectiva historiográfica da infância como categoria analítica, suportado por uma revisão da literatura tradicional e recente sobre este tema, incluindo a produção historiográfica portuguesa contemporânea.

O referencial analítico dos estudos sobre a criança e as infâncias é a base de reflexão do segundo capítulo – “Fronteiras e Territórios Historiográficos: Os Andaimos Científicos sobre a Criança e a(s) Infância(s)” - em





que se destaca a riqueza da pluralidade de campos de estudo em colaboração nomeadamente a desconstrução do objeto histórico-pedagógico, a micro-história da Educação, a História Material do Ensino, a História das Mentalidades Educativas, a História das Representações e a História do Pensamento Pedagógico. No capítulo III – “A Proteção e o Atendimento às Infâncias nas Instituições Educativas Não-formais” - é desenvolvido o assunto das instituições educativas não-formais, de carácter assistencial e de reeducação, distintas das instituições formais de educação, no atendimento ao que designa por Infâncias: a infância deficiente, inadaptada ou diferenciada. O século XX e o crescimento de instituições socioeducativas particulares destinadas a outras Infâncias é o grande tema do IV capítulo: “As Experiências Socioeducativas com as Outras Infâncias em Instituições Particulares (Séc. XX)”.

Concluindo, o autor destaca alguns pontos-chave do seu texto como a multidisciplinaridade crescente e enriquecedora, sem a qual a normalização da criança continuaria a ser uma única representação sócio-histórica impedindo a riqueza polissémica de *Infâncias* em diversos contextos e épocas: “As interpretações recentes da História permitiram uma abordagem plural sobre a infância, a criança e o seu processo educativo e as situações e/ou condições quotidianas da vida. Esta perspetiva de análise deve-se ao desenvolvimento da historiografia e da consideração de universos diferenciados no seu estudo e dos fenómenos sociais.” (pp. 273-274)

Encaramos esta obra como mais um valioso contributo de Ernesto Candeias Martins para a historiografia da Infância, desta vez com o destaque



do binómio Infância/Infâncias que rege toda a análise historiográfica e sociológica da mesma. Destacamos ainda o seu intuito de sistematização de conhecimentos, levantamento de reflexões e de fontes, celebrando a colaboração e a multidisciplinaridade que se pretendem a dinamizar os campos de História da Educação/Ciências da Educação em que *As Infâncias na História Social da Educação* tem um importante e atual lugar. É, deste modo, não só um contexto inaugural e sistemático de reflexão que nos é presente com este estudo do Prof. Candeias Martins, mas um gesto renovador e dinamizador do conhecimento sobre a Criança, na interseção sempre ativa em História da Educação /Ciências da Educação.



**Nery, A. B. & Gondra, J. (2018). *Imprensa Pedagógica na Ibero-América: local, nacional e transnacional*. São Paulo: Alameda.**

Carlos Manique da Silva

No Prefácio da obra *Imprensa Pedagógica na Ibero-América: local, nacional e transnacional*, António Romano estabelece, com meridiana lucidez, uma relação entre a utilização da imprensa pedagógica como fonte para a história da educação e a própria consolidação desse campo académico. Efetivamente, nas suas palavras, “las revistas son uno de los terrenos privilegiados para realizar esta empresa [a história da disciplina]” (p. 10). E não é estranha a essa aceção o facto de as revistas e os jornais de educação serem destinados a um público específico, considerado, e as palavras são ainda de António Romano, “como los profesionales de la educación” (p. 10).

Estamos perante uma obra que aborda, exclusivamente, a imprensa de educação e ensino no contexto da Ibero-América (Portugal incluído), segmentada em três partes / secções, a saber: i) “Modelos pedagógicos e formação de professores”; ii) “Intelectuais e educação nacional: sujeitos, sabe-



res e fontes”; iii) “Infância e escolarização: circulação (inter)nacional”. Trata-se de um conjunto de 18 artigos escritos por investigadores de vários países (Brasil, Portugal, Honduras, Canadá, Argentina e Uruguai). Conjugando diversas perspectivas num período de tempo que se estende desde a segunda metade do século XIX à década de 1970, *Imprensa Pedagógica na Ibero-América* faz jus à ideia de que as revistas e os jornais de educação têm de ser compreendidos num duplo sentido (lembrando os trabalhos de Luís Miguel Carvalho): quer como efeito de difusão do conhecimento transnacional; quer como resultado de um processo de formação, à escala nacional, de um discurso (e de um campo) especializado sobre educação.

Estas ideias instigam, obviamente, a uma leitura cuidada dos textos publicados nas três secções indicadas. Centremo-nos, por agora, nos artigos que compõem a primeira parte – Modelos pedagógicos e formação de professores. O conjunto dos seis artigos elucida, em especial, a importância da formação de professores (e o debate que a acompanha) no contexto da construção dos sistemas educativos nacionais. Trata-se, no fundo, para adotar a expressão utilizada por José Gondra no artigo que abre a referida secção, da “normalização dos mestres” (p. 20). A esse respeito, o autor, tomando como fonte dois periódicos (*The American Journal of Education*, 1855-1881; *A Escola*, 1877-1878), pensa, à luz histórica, analogias e diferenças dos projetos nacionais (Estados Unidos e Brasil), não deixando, no entanto, de fazer notar (e de alertar) que a formação dos professores se inscreve sempre num intento de racionalização do trabalho e da produtividade dos docentes. Focando-se sensivelmente na mesma temporalida-



de, o artigo de Aline Pasche, Giselle Teixeira e Maria Zélia de Souza tem a particularidade de demonstrar que a rede de ensino privada – as autoras utilizaram como fonte o periódico *O Ensino Particular*, 1883, órgão da Associação dos Professores Particulares (Rio de Janeiro) –, teve um papel importante no debate sobre assuntos educacionais; nomeadamente, e cito, “na racionalização da pedagogia, na profissionalização do magistério, na legitimação da instituição escolar moderna, na elaboração ou reestruturação de práticas” (p. 70). Mais, na sua análise deixam patente a perspetiva transnacional das ideias difundidas no periódico; em causa, a necessidade de legitimar, na referência à experiência estrangeira, o que de mais avançado e moderno se fazia em termos pedagógicos. Por seu turno, Marta Chagas de Carvalho mostra como a *Revista de Ensino*, publicada em S. Paulo (1902-1918), fez eco da pedagogia norte-americana, sobretudo depois da primeira década do século, no momento em que (no referido contexto) se assiste à afirmação da pedagogia experimental e científica. Logo na primeira secção da obra se ilustra o seguinte: i) o papel da imprensa pedagógica publicada em instituições como as escolas normais (a referência é o interior do Estado de S. Paulo), designadamente, na disseminação de princípios pedagógicos a alunos-mestres e docentes – em agenda, a afirmação de uma cultura normalizada e vulgarizada pela escola; ii) um conjunto de ambivalências (novo/velho, tradição/inação...) que marca o contexto educativo português num período de transição – precisamente quando o regime autoritário de Salazar é formalizado (1933, ano de aprovação da Constituição) –, algo patente nas páginas do periódico *O Educa-*



*dor*, lançado no referido ano e publicado até 1975; iii) a emergência, expressa nas páginas da revista *Anales de la Educación Común* (Buenos Aires, 1920-1940), de novas subjetividades e formas de pensar alternativas à ordem instituída, num momento de crise; traduzida, por exemplo, na afirmação das “manualidades” como premissa para a educação integral, no sentido da eliminação de uma educação considerada livresca.

Por outro lado, a II Parte de *Imprensa Pedagógica na Ibero-América*, intitulada, recorde-se, “Intelectuais e educação nacional: sujeitos, saberes e fontes”, abre com um artigo que evidencia como, na última década de Oitocentos, um grupo de intelectuais paraenses que dirigia a *Revista de Educação e Ensino* promoveu o projeto político republicano. Querendo isso significar maior investimento na educação, o referido periódico veiculou, e deu corpo, conforme demonstra Sônia Araújo, às políticas de instrução pública na região, particularmente junto do professorado (embora o escopo fosse mais abrangente, encerrando todo um projeto civilizacional). Na mesma linha de pensamento, outros autores, reportando-se às décadas de 1920 a 1940, põem em evidência o intenso debate travado pelos intelectuais brasileiros a respeito da construção da República. De facto, os periódicos de educação e ensino fazem eco da vontade de transformação social (“projeto de nação”) que caracteriza as citadas décadas, pressupondo a constituição de uma nova cultura pedagógica do professorado (por exemplo, são valorizadas novas metodologias de ensino, mas também questões correlatas à medicina e à higiene) – nova cultura sem a qual, de resto, seria impossível reformar a instrução pública, considerada



chave para o progresso do país. É, justamente, essa matriz que Márcia da Silva e Liana Borba dos Santos identificam na *Revista Nacional* (S. Paulo, 1921-1923), ou Fabiana Sena na *Revista do Ensino* (Paraíba, 1932-1942). No mesmo sentido, centrando-se, no entanto, num setor de ensino diferente (o secundário), se perspectiva a análise de Pia Batista à revista *Educación y Cultura* (Uruguai, 1939-1947), dirigida por inspetores. A autora mostra de que forma o Movimento da Escola Nova teve influência na reconfiguração do ensino secundário, designadamente, na mudança do papel / identidade do professor desse setor de ensino; em agenda, em boa medida, os fins do ensino secundário em função do projeto do país. A secção fecha com um artigo cujo arco cronológico se estende de 1971 a 1973, precisamente o ciclo de publicação da revista brasileira *Escola*. Maria Rita Toledo associa o surgimento do periódico à implementação da Reforma 5692/71 e a uma nova forma de fazer jornalismo (dirigido a docentes). Segundo expressa, a fórmula editorial introduz mudanças relativamente a publicações precedentes, nomeadamente, “a transformação da Pedagogia em notícia, em acontecimento. Notícias sobre a Reforma e a sua implementação no país, notícias sobre o ato pedagógico em sala de aula, notícias sobre os problemas enfrentados pelo professor... A Pedagogia converte-se em crónica do tempo presente” (p. 309). Uma ideia forte que emerge do conjunto dos artigos publicados na II Parte da obra que acompanhamos é a da aproximação dos intelectuais ao Estado, no sentido de conseguirem difundir os seus ideais. A este respeito, um dos artigos – precisamente, sobre a *Revista Académica* (Rio de Janeiro, 1933-1948), fundada por estudantes da Fa-



culdade Nacional de Direito –, introduz uma nuance importante: a das relações entre o periódico e a censura.

Na última parte da obra *Imprensa Pedagógica na Ibero-América*, consagrada à temática “Infância e escolarização: circulação (inter)nacional de saberes”, abordagens de vários autores põem em destaque – para as décadas finais do século XIX, o momento de consolidação da escola como locus privilegiado de socialização das futuras gerações –, a legitimação de uma educação formal e a construção da infância como categoria social. Nesse processo, a imprensa de educação e ensino desempenha importante papel, constituindo-se, por exemplo, como dispositivo complementar de outros (jardins de infância, escolas normais e, mesmo, associações científicas, artísticas e culturais). Ao mesmo tempo, à luz histórica, os periódicos de educação são considerados indispensáveis para o conhecimento das práticas pedagógicas no interior das salas de aula. É disso exemplo, a análise protagonizada por Alexandra Arce Hi e Larry Prochner. Tomando como fonte a *Revista do Jardim de Infância* (S. Paulo, 1896-1897), procuram, nas suas palavras, aproximar-se da “caixa preta da escolarização” (p. 419), incidindo a análise na circulação internacional das ideias de Friedrich Froëbel e na sua apropriação no contexto local. Para um período histórico ligeiramente posterior, a segunda década do século XX, Jucinato Marques e Irma Rizzini elucidam de que modo a pediatria define um novo sujeito da educação. De facto, tendo como referência a revista *Educação e Pediatria* (1913-1915), enfatizam a inserção profissional dos médicos nos estabelecimentos de ensino. Em agenda, estava um projeto social de combate ao





analfabetismo e de resgate da infância desvalida e abandonada, com particular enfoque nas zonas urbanas. A fechar a III Parte, Dulce Osinki sublinha a importância do periódico *Arte & Educação* (1970-1978), órgão da Escolinha de Arte do Brasil, na difusão de ideais de liberdade e criatividade da expressão infantil (proposta de “educação pela arte”), por oposição à escola regular, considerada pouco criativa. Trata-se de uma análise que cruza os campos da arte, da psicologia e da educação.

*Imprensa Pedagógica na Ibero-América* é uma obra que tem o mérito de manter a unidade temática de cada secção (criteriosamente estabelecida), sem que tal definição iniba apreciações pluralistas. Nesse sentido, não vem apenas enriquecer o corpus investigativo sobre a imprensa de educação e ensino, particularmente fértil no Brasil (cf., na obra em questão, as referências nas pp. 488-489). Na verdade, encerra um sentido prospectivo, suscitando e estimulando novas aproximações teórico-metodológicas sobre a temática.



---

## Eventos Científicos



## EVENTOS CIENTÍFICOS

---

### **XXVI COLÓQUIO DA AFIRSE PORTUGAL TEMPOS, ESPAÇOS E ARTEFACTOS EM EDUCAÇÃO**

Quando | 31 de janeiro e 1-2 de fevereiro de 2019

Onde | Instituto de Educação da UL | Portugal

<http://afirse.ie.ul.pt/>

### **COLÓQUIO INTERNACIONAL PÉDAGOGIES DE LA DÉMOCRATIE ET DE LA RÉSISTANCE EN EUROPE AU XXÈME SIÈCLE**

Quando | 7-9 fevereiro de 2019

Onde | Barcelona | Espanha

[www.pedagogues-heloise.eu/](http://www.pedagogues-heloise.eu/)

### **10TH HISTORY OF EDUCATION DOCTORAL SUMMER SCHOOL**

Quando | 13-16 junho de 2019

Onde | Universidade de Liverpool | Inglaterra

[www.eera-ecer.de/season-schools/histories-of-education-summer-school/](http://www.eera-ecer.de/season-schools/histories-of-education-summer-school/)

### **COLÓQUIO INTERNACIONAL PASSAGES, TRANSFERTS, TRAJECTOIRES EN ÉDUCATION**

Quando | 24-25 junho de 2019

Onde | Genebra | Suíça

<https://ppgecpan.ufms.br/files/2018/09/Flyer-ATRHE-2019.pdf>



## XX COLOQUIO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN IDENTIDADES, INTERNACIONALISMO, PACIFISMO Y EDUCACIÓN

Quando | | 9 a 12 julho de 2019

Onde | Monforte de Lemos- Lugo | Espanha

[www.xxcoloquio.webs4.uvigo.es/index.php](http://www.xxcoloquio.webs4.uvigo.es/index.php)

## X CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Quando | 2-5 setembro de 2019

Onde | UFPA – Belém | Brasil

[www.xcbhe.com.br/](http://www.xcbhe.com.br/)





---

Publicações Científicas



## PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

---

**Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education**

*V. 54, n. 5, 2018*

<https://www.tandfonline.com/toc/cpdh20/54/5?nav=tocList>

**História da Educação**

*V. 22, n. 56, set./dez. 2018*

<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/issue/view/2981>

**History of Education**

*Journal of the History of Education Society*

*V.47, n. 6, 2018*

<https://www.tandfonline.com/toc/thed20/current>

**Pensar a Educação em Revista**

*Educação Rural*

*V.4, n. 2, jul./ set. 2018*

<http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/edicao-atual/>

**Revista Mexicana de Historia de la Educación**

*V. 6, n. 11, jan. / jun. 2018*

<http://www.rmhe.somehide.org/index.php/revista/article/view/140/246>

**Revista Brasileira de História da Educação**

*V. 18, 2018*

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/1504>



### **Espacio Tiempo y Educación**

*Diversity and trans-national connections in the history of modern education in Asia*

V. 5, n. 2, 2018

<http://www.espaciotiempoyeducacion.com/ojs/index.php/ete/issue/view/10>

### **Revista HISTEDBR On-Line**

V. 18, n. 4, out. /dez. 2018

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/view/1569>

### **Cadernos de História da Educação**

V. 17, n. 3, set. / dez. 2018

<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/issue/view/1756>

### **Revista Historia y Memoria de la Educación**

*Fotografía, propaganda y educación*

n. 8, 2018

<http://revistas.uned.es/index.php/HMe/issue/view/1198>

### **HECL History of Education Children's Literature**

*Images of the European Child*

V. XIII, n. 2, 2018

<http://www.hecl.it/>

### **Revista di Storia dell'Educazione**

V. 5, n. 1, 2018

<https://rivistadistoriadelleducazione.it/index.php/RSE>



## Encounters in Theory and History of Education / Rencontres en Théorie et Histoire de l'Éducation

*Gendered Education in History, Theory and Practice*

V. 19, 2018

<https://ojs.library.queensu.ca/index.php/encounters/issue/view/815>

## Revista Sarmiento Galego-Portuguesa de Historia da Educación / Revista Sarmiento Galego-Portuguesa de História da Educação

N. 21, 2017

<http://revistasarmiento.com/>

